Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Ata N. 1142411

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ GERTOR DO PROGRAMA NACIONAL DE GESTÃO DOCUMENTAL E MEMÓRIA DO PODER JUDICIÁRIO (PRONAME) – 2 DE JUNHO DE 2021

Às dez horas do dia dois de junho de dois mil e vinte e um, reuniu-se o Comitê do Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário (Proname) por meio de videoconferência, na plataforma do *Teams*. Na ocasião, estiveram presentes: Walter Godoy dos Santos Júnior, Juiz Auxiliar da Presidência (CNJ) e Coordenador do Comitê do Proname; Rodrigo Capez, Juiz Auxiliar da Presidência (CNJ); Pâmela Tieme Barbosa Aoyama, servidora pública (COIN/CNJ); Renata Lima Guedes Peixoto, servidora pública (COIN/CNJ); Rodrigo Franco de Assunção Ramos, servidor público (COIN/CNJ); Anita Job Lübbe, Juíza do Trabalho (TRT4); Artur Marques da Silva Filho, Desembargador (TJSP); Carlos Alexandre Böttcher, Juiz de Direito (TJSP); Marcos Henrique Caldeira Brant, Desembargador (TJMG); Antônio Caboclinho de Mesquita, servidor público (CJF); Júlio Cesar de Andrade, servidor público (STJ); Luciane Baratto Adolfo, servidora pública (TJRS); Maria Juvani Lima Borges, servidora pública (STM); Maria Rosa Torres Susana, servidora pública (TJRJ); Neide Alves Dias De Sordi, servidora pública (Conarq); Reginaldo Pereira de Matos, servidor público (TST); Ana Paula Alencar, servidora pública (STF), em substituição a Alexandre Reis Siqueira Freire, servidor público (STF). Verificada a presença da maioria absoluta dos membros do Comitê do Proname, o juiz auxiliar da Presidência e Coordenador do Comitê do Proname, Walter Godoy dos Santos Júnior, cumprimentou os presentes e deu boas-vindas a todos. O Desembargador Artur Marques da Silva Filho anunciou que se aposentará e por esse motivo não participará mais como membro do Comitê. Agradeceu a todos pelo trabalho desenvolvido e informou que não poderia acompanhar toda a reunião do Comitê, visto que participaria de sessão junto ao Tribunal de Justiça de São Paulo. O coordenador, Walter Godoy, agradeceu as valiosas colaborações do exímio Desembargador Artur Marques da Silva Filho e à unanimidade com os demais membros do Comitê, restou definido que este Comitê prestará homenagem ao Desembargador Artur Marques na próxima reunião, marcada para 10 de agosto de 2021. O coordenador passou para o primeiro item da pauta, aprovação da Ata da 7ª Reunião Ordinária do Comitê do Proname, de 24 de março de 2021, que foi aprovada pelos membros do Comitê, à unanimidade, acolhidas as sugestões do juiz de direito, Carlos Böttcher. O segundo item da pauta tratou do I Encontro Nacional de Memória do Poder Judiciário. O coordenador do Comitê, Walter Godoy, parabenizou a todos, indistintamente, pelo sucesso do evento que foi memorável e histórico. Informou que o vídeo do evento recebeu mais de três mil visualizações; mil e cem inscritos, algo inédito no âmbito do CNJ. Agradeceu a todos pelo esforço, competência e profissionalismo. No que diz respeito à disponibilização das apresentações proferidas no I Encontro Nacional de Memória do Poder Judiciário, o coordenador, Walter Godoy, passou a palavra à Coordenadora de Gestão da Informação e Memória do Poder Judiciário, Pâmela Aoyama, que esclareceu a todos que fora solicitada a autorização dos palestrantes para disponibilização das apresentações na página do Proname. Explicou que nem todos os palestrantes haviam autorizado a disponibilização das apresentações, mas assim que as obtiver, serão inseridas. Informou ainda que o vídeo do evento editado, contendo a abertura do Ministro Luiz Fux e do

Ministro Humberto Martins, será inserido na página no Proname. O juiz de direito Carlos Böttcher colocou-se à disposição para solicitar as autorizações dos palestrantes para que todas as apresentações fiquem disponíveis na página. Superado este item da pauta, tratou-se do apoio ao Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) no II Encontro Nacional de Memória do Poder Judiciário. O juiz de direito Carlos Böttcher sugeriu a criação de um fluxo para os Encontros Nacionais de Memória do Poder Judiciário. Sugeriu, ainda, a criação de uma comissão organizadora com um representante de cada Subcomitê do Proname. A juíza do trabalho Anita Lübbe reforçou a sugestão do juiz de direito Carlos Böttcher e sugeriu que ao final de cada encontro, seja anunciado tribunal que sediará o próximo evento e que seja exibido um vídeo promovendo a cidade e o tribunal sede do próximo encontro. Sugeriu, ainda, que sejam abertas inscrições para que os tribunais se candidatem a sediar o evento. O coordenador, Walter Godoy, parabenizou a juíza do trabalho Anita Lübbe e solicitou que os interessados em participar da Comissão Organizadora para o próximo Encontro Nacional de Memória do Poder Judiciário se manifestassem. A Presidente do Conselho Nacional de Arquivos, Neide De Sordi, colocou-se à disposição para colaborar na divulgação dos próximos encontros junto aos arquivos de outros poderes e junto aos conselheiros do Conarq. O Desembargador Marcos Henrique Caldeira Brant habilitou o Tribunal de Justiça de Minas Gerais para sediar o IV Encontro de Memória do Poder Judiciário, que ocorrerá em 2024, por se tratar do ano de comemoração do sesquicentenário do TJMG. O coordenador, Walter Godoy, reforçou a necessidade de criação de um roteiro com regramento para inscrição dos tribunais, para aprovação do Comitê e posterior validação da Presidência do CNJ. O juiz de direito Carlos Böttcher informou que em 2024, devido ao Decreto nº 2.342 de 6 de agosto de 1873, que criou sete Tribunais da Relação no Brasil, somando-se aos quatro então existentes, haverá grande procura dos tribunais para sediar o evento em 2024, ano em que alguns tribunais comemorarão seu sesquicentenário. O coordenador, Walter Godoy, sugeriu a elaboração de uma minuta contendo o roteiro desde a inscrição até a indicação do tribunal que sediará o Encontro de Memória do Poder Judiciário. O juiz de direito Carlos Böttcher elaborará a minuta, que será deliberada na próxima reunião do Comitê. O coordenador, Walter Godoy, sugeriu que a Comissão Organizadora permanecesse a mesma do I Encontro, o que foi aprovado à unanimidade. Esgotado o item, tratou-se da Plataforma para registro dos eventos da semana do Dia da Memória do Poder Judiciário. O juiz de direito Carlos Böttcher sugeriu a criação de uma plataforma para cadastrar os eventos no âmbito da referida semana do Dia da Memória, nos moldes das plataformas utilizadas pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) e pelo Arquivo Nacional, para divulgar os eventos. A membra Neide De Sordi divulgou que, no período de 7 a 11 de junho, será realizada a Semana Nacional de Arquivos e sugeriu a utilização da plataforma utilizada na divulgação desse evento, bem como da plataforma utilizada no *Open Data Day* da *Open Knowledge.* O coordenador, Walter Godoy, sugeriu abrir uma aba no site do Proname ou estabelecer um link para a plataforma, reforçou que toda solicitação de alteração ou implantação pelo Conselho Nacional de Justiça depende de autorização de outras esferas. A membra Pâmela Aoyama explicou que toda iniciativa de inserção de conteúdo no site do CNJ deve ser levada ao conhecimento da área de Tecnologia da Informação e da Secretaria de Comunicação Social do CNJ. A membra Pâmela verificará a possibilidade junto à SCS e ao DTI, o que será tratado na próxima reunião do Comitê. Isso posto, o coordenador, Walter Godoy, passou ao apoio ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) no V Congresso Brasileiro dos Arquivos do Poder Judiciário, a ser realizado no período de 20 a 22 de outubro de 2021. Franqueada a palavra, o juiz de direito Carlos Böttcher explicou a importância do apoio do Proname ao evento. A juíza do trabalho Anita Lübbe reforçou a necessidade de se apoiarem os eventos no âmbito dos arquivos. O juiz de direito Carlos Böttcher explanou sobre as dificuldades dos arquivistas em dar continuidade aos eventos e, com o apoio institucional do Proname, o Congresso em questão poderá ocorrer a cada dois anos. Sanado o tema, tratou-se do desenvolvimento do módulo de gestão documental no PJ-e e atualização do Moreq-Jus. O coordenador Walter Godoy informou que o representante do DTI, o juiz auxiliar da Presidência do CNJ Alexandre Libonati, não pôde comparecer à reunião. Sugeriu a realização de uma reunião menor, com alguns representantes do Comitê do Proname e o representante do DTI. Após essa breve explanação, a membra Neide De Sordi informou que o e-Arq será apreciado em sessão do Conarq em 25 de agosto de 2021. A membra sugeriu que o Proname criasse Grupo de Trabalho para começar a trabalhar no Moreq-Jus, porque o modelo inclui requisitos, que são exclusivos do Judiciário. O coordenador, Walter Godoy, solicitou à membra Pâmela Aoyama que organize a reunião com os membros do Subcomitê de Preservação Digital e o representante do DTI. O coordenador sugeriu que fossem convidados os representantes Fábio Porto e Alexandre Libonati. O juiz de direito Carlos Böttcher manifestou interesse em fazer parte do grupo, considerando ser importante a participação de todos os subcomitês nessa elaboração. O coordenador, Walter Godoy, abriu a participação a todos que tiverem interesse, bastando enviar a solicitação à membra Pâmela Aoyama. Durante a reunião, a juíza do trabalho Anita Lübbe e a membra Luciane Adolfo se candidataram a

participar da reunião com os representantes do DTI. Vencido o item, tratou-se da Resolução do Prêmio CNJ de Memória do Poder Judiciário. A membra Maria Juvani Borges indicou a ausência de definição do prêmio na minuta da Resolução. O juiz auxiliar da Presidência do CNJ Rodrigo Capez sugeriu que a materialização do prêmio seja feita por meio de certificados, placas, diplomas e menções honrosas. O Desembargador Marcos Henrique Caldeira Brant sugeriu que se faça um anexo, contendo o modelo de certificado do prêmio. O juiz de direito Carlos Böttcher destacou que o prêmio não terá natureza pecuniária e que no regulamento do prêmio, constarão os modelos. O juiz auxiliar da Presidência do CNJ Rodrigo Capez defendeu a manutenção da premiação honorária a personalidades com relevante contribuição na área. Sugeriu, ainda, modificar redação do art. 7º para explicitar que o edital será lançado em maio de um ano e o a premiação será entregue em maio do ano subsequente à publicação do edital. Aberto para deliberação, foram realizadas alterações nos itens. Acréscimo do parágrafo único no art. 7º do seguinte teor: *os prêmios consistirão em certificados, diplomas e placas*; no 6º, houve supressão da *comissão organizadora*, limitando-se o texto a dizer que será publicado edital do prêmio; e acréscimo ao *caput* do art. 7º com a redação: *a entrega do prêmio ocorrerá preferencialmente no mês de maio do ano subsequente à publicação do edital*. Deliberou-se que demais itens serão definidos no regulamento do prêmio. A minuta foi aprovada, à unanimidade, contemplando nova redação apresentada pelo juiz de direito Carlos Böttcher. O coordenador, Walter Godoy, informou que a minuta será encaminhada ao Conselheiro Marcos Vinícius Jardim Rodrigues, que levará a questão ao Plenário do CNJ. Aprovada a minuta, passou-se ao último item da pauta, que tratou da proposta da membra Neide De Sordi sobre o acordo entre o Conselho Nacional de Justiça e o Arquivo Nacional para que o Diretório Brasil de Arquivos (Dibrarq) interligue os arquivos do Poder Judiciário. A membra Neide de Sordi informou que encaminhou por e-mail uma proposta de protocolo de intenções para adesão dos arquivos do Judiciário ao Diretório Brasil de Arquivos (Dibrarq). O coordenador, Walter Godoy, sugeriu que a proposta fosse enviada aos membros do Comitê por e-mail para análise e futuras proposições. Explicou o ciclo burocrático dos acordos de cooperação e a minuta padrão utilizada pelo CNJ, que inclui cláusulas necessárias por parte do Conselho. Ficou definido o envio de uma minuta do acordo modelo para a membra Neide De Sordi realizar os ajustes necessários, a qual informou que, depois de adaptado ao modelo do CNJ, o Arquivo Nacional precisará submeter o texto do acordo à consultoria jurídica do Ministério da Justiça. O coordenador, Walter Godoy, sugeriu que todos leiam a minuta na íntegra. Ficou definido que a membra Pâmela Aoyama enviará minuta modelo para que o texto seja elaborado conforme o padrão. O coordenador, Walter Godoy, definiu que antes da próxima reunião do Comitê, a membra Neide De Sordi enviará uma versão do acordo para deliberação dos membros do Comitê. Este tópico será tratado na próxima reunião. Antes de finalizar a reunião, a membra Maria Juvani Borges convidou todos a visitarem a exposição digital "Um século das Circunscrições Judiciárias Militares" do Superior Tribunal Militar, disponível no sítio do STM. O coordenador, Walter Godoy, parabenizou a iniciativa. Encerrada a pauta, o coordenador marcou a próxima reunião para o dia 10 de agosto de dois mil e vinte um, às dez horas. O coordenador agradeceu a todos os presentes a gentileza na disponibilização do tempo e encerrou a reunião às onze horas e trinta e um minutos.

Documento assinado eletronicamente por **WALTER GODOY DOS SANTOS JUNIOR**, **JUIZ AUXILIAR DA PRESIDÊNCIA - CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**, em 12/08/2021, às 12:34, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1142411** e o código CRC **B800C5D3**.

10594/2019 1142411v3